



Estudo grafemático-fonológico de um livro de irmandade goiano do século XVIII

Maiune de Oliveira Silva¹
Vanessa Regina Duarte Xavier²

RESUMO:

O objetivo deste artigo é descrever e analisar a variação grafemática de consoantes e vogais e aspectos da segmentação escrita em um livro de compromisso goiano setecentista. A metodologia é bibliográfica, pois utilizamos autores que dialogam com a Sociolinguística Histórica e a relação grafema-fonema, tais como Romaine (2009 [1982]), Gimeno Menéndez (1983) e Almeida-Baronas e Lini (2011); e documental, porque utilizamos um manuscrito para inventariação e análise dos dados que apresentamos. Os resultados mostram que as variações grafemáticas realizadas pelo escriba são importantes para conjecturar sobre possíveis traços de oralidade, bem como a caracterização dele em mais ou menos letrado.

PALAVRA-CHAVE:

Grafia setecentista;
Oralidade;
Variação grafemática;
Goiás.

¹ Doutoranda no Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão (PPGEL/UFCAT), com pesquisa fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: maiune20@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8498-9420.

² Doutora em Letras pelo Programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Docente do Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal de Catalão (PPGEL/UFCAT). E-mail: vanessaregina@ufcat.edu.br. ORCID: 0000-0001-6718-2361.

1 À guisa de introdução: conhecendo a questão

[...] a letra é como um desenho que se fixa na memória de quem escreve: o que está na mente deve ser corretamente exteriorizado pelos movimentos da mão (ALMADA, 2012, p. 52).

Estudar documentos manuscritos é uma maneira de retroceder ao passado para acessar a língua, a história e a cultura de uma dada sociedade, embora seja sabido que os documentos que aqui analisamos, a princípio, não tinham a função de registrar a história para servir como fonte de pesquisa. Nesse sentido, a escrita de épocas pretéritas permite compreender algumas configurações da norma brasileira registrada outrora, mediante a leitura e a edição de *corpora* fidedignos, ou seja, através de documentos escritos e dos rastros deixados por seus escribas é possível encontrar vestígios da história da língua em tempos dantes.

Ante essa constatação, lembramos que nos idos setecentistas não havia normas homologadas para a escrita, por isso, percebe-se um grande número de variantes gráficas em um mesmo documento manuscrito, as quais, não raras vezes, trazem marcas de oralidade de quem os redigiam ou, ainda, informações – ainda que inconclusivas – do nível de letramento do escriba em seu ofício. Sobre este aspecto, Almeida-Baronas e Lini (2011) assinalam que os vestígios de oralidade em documentos manuscritos ocorrem desde tempos remotos. As autoras ainda acrescentam que:

No início da história da Língua Portuguesa no Brasil, a língua se deu sem tanta normatização e pode-se afirmar que a escrita era baseada na fala, visto que registros dessa época apontam variações que denunciam uma possível aproximação com a fala e uma ausência de rigidez na ortografia. (ALMEIDA-BARONAS; LINI, 2011, p. 1079).

Partindo desse pressuposto, são nossos objetivos descrever e analisar as variações grafemáticas e os aspectos da segmentação da escrita no códice “Livro de compromisso do Arraial do Bomfim Comarca de Goñaz”, que foi manuscrito no século XVIII. Compreender os fenômenos linguísticos do passado por meio de documentos manuscritos é, indubitavelmente, uma forma de contribuir com pesquisas nas áreas da Filologia, da Sociolinguística Histórica, da Linguística Histórica, dentre outras áreas afins, que se debruçam sobre a língua de tempos antanhos. Isso porque tais documentos constituem certamente a única fonte de pesquisa desta natureza acerca de uma época em que não havia tecnologia para a gravação de voz.

O nosso propósito é discutir sobre as realizações grafemático-fonológicas realizadas pelo escriba, tendo como pressuposto teórico a Sociolinguística Histórica. De maneira similar, é nosso fito divulgar a documentação manuscrita goiana que se encontra

no acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística (LALEFIL), da Universidade Federal de Catalão.

Ante o exposto, salientamos que a escolha do *corpus* se deu devido à grande quantidade de variações gráficas do escriba, tornando-se um campo fértil para realizar a análise que ora apresentamos. Além disso, são poucos os estudos desta natureza realizados em códices de irmandades goianas do século XVIII. Nesse sentido, esse o manuscrito suprarreferido muito revela sobre a estrutura e o funcionamento da Irmandade do Arraçal do Bomfim Comarca de Goýaz, bem como evidencia aspectos da escrita setecentista realizada pelo escriba no âmbito de sua função.

Os resultados demonstram que as variações grafemáticas realizadas pelo escriba são importantes para conhecer a história linguística e social da época, bem como a sua caracterização.

2 Com a palavra, a Sociolinguística histórica

A Sociolinguística Histórica propôs a união de métodos utilizados pela Sociolinguística Variacionista com aqueles usados pela Linguística Histórica, para investigar a língua de uma época passada, que foi registrada apenas pela modalidade escrita, devido à ausência de aparatos tecnológicos para a gravação de sons da voz (ROMAINE, 2009[1982]).

A pesquisa acerca de variações presentes em documentos manuscritos deu origem à Sociolinguística Histórica, preconizada por Romaine (2009 [1982]). Nessa perspectiva, foram desenvolvidos estudos sobre a variação e a mudança em espécimes de língua escrita, mais especificamente em textos redigidos entre 1530 e 1550. Ressaltamos que esta ciência teve como ponto de partida a Sociolinguística Laboviana, que se atém ao estudo variacionista da língua na modalidade oral vernacular, isto é, a língua em situações espontâneas de comunicação. Nos dois estados de língua, isto é oral e escrito, foi possível comprovar variação e mudança.

A proposta de Romaine (2009[1982]) fundamenta-se na concepção de que, à semelhança da Sociolinguística Variacionista, a Linguística Histórica e a Dialectologia também se interessam pela variação linguística através do tempo e do espaço, inclusive precedendo a Sociolinguística. Por esse viés, a Sociolinguística Histórica seria um ramo desta disciplina, voltado especificamente para uma perspectiva diacrônica das variações e mudanças linguísticas em textos escritos.

Segundo a autora, se a Sociolinguística e a Linguística possuem o mesmo objeto de estudo, a saber, a língua, mudando apenas a perspectiva adotada sobre ele, aquela não deveria restringir-se apenas à sua modalidade oral, abarcando também a sua modalidade escrita, que passou a ser contemplada pela Sociolinguística Histórica.

Romaine considera que os fundamentos da pesquisa sociolinguística se aplicam tanto aos estudos voltados para o oral, quanto para a escrita:

Qualquer um pode observar que duas amostras de fala ou escrita são diferentes. A análise sociolinguística pode nos mostrar que essas diferenças são objetivamente mensuráveis e que existem padrões nas escolhas que um falante / escritor faz, por um lado, e pode fazer, por outro. Uma vez que as opções não são totalmente gratuitas, precisamos observar as condições ou fatores que podem influenciá-los; e é aqui que a metodologia sociolinguística é aplicável.³ (ROMAINE, 2009 [1982], p. 13).

As palavras da autora remetem ao mestre genebrino, que já dizia que o oral e o escrito são duas modalidades de realização de uma mesma língua (SAUSSURE, 2006) e que, por estarem em pleno uso estão propensas à variação, por isso, devem receber tratamentos equânimes nos estudos linguísticos. Por ser o precursor da Linguística Estrutural, Saussure volta-se para o estudo da língua enquanto sistema abstrato e homogêneo, deixando de lado a fala, ou seja, o uso da língua.

A língua escrita é tardia em relação à oral, sendo que, em comunidades ágrafas, a língua oral foi único meio para se comunicar ante a total ausência daquela. O surgimento da sua representação escrita, por sua vez, favoreceu a perpetuação da memória de uma época e de um povo.

No que se refere ao seu advento, sabe-se que foram os mesopotômicos, por volta dos anos 3000 a.C, que começaram a usar diversos símbolos para grafar os sons da fala. É sabido, também, que os estudos linguísticos, até o início do século XX, apoiavam-se em documentação escrita para realizar suas pesquisas, por isso, a necessidade de estudar documentos manuscritos para compreender sincronias pretéritas.

Gimeno Menéndez (1983) sublinha que o problema de apoiar em documentos manuscritos para reconstituir o passado é não saber precisar “em que condições linguísticas e sociais realizou-se a inserção, a avaliação e a atualização da mudança⁴” (GIMENO MENÉNDEZ, 1983, p. 209), haja vista que os documentos manuscritos não conseguem recontar a história de um povo e de uma língua com essa riqueza de detalhes.

Acerca das contribuições da Sociolinguística Histórica, o autor (1998) diz que

[...] há um interesse teórico e metodológico no estudo sistemático das relações empíricas que se podem estabelecer entre o testemunho

³ Tradução nossa para “Anyone can observe that two samples of speech or writing are different. Sociolinguistic analysis can show us that these differences are objectively measurable, and that there are patterns in the choices which a speaker/writer does make, on the one hand, and can make, on the other. Since the choices are not entirely free, we need to observe the conditions or factors that may influence them; and it is here that sociolinguistic methodology is applicable.” (ROMAINE, 2009 [1982], p. 13).

⁴ Tradução nossa para “[...] en qué condiciones lingüísticas y sociales se realizó la inserción, evaluación y actualización del cambio” (GIMENO MENÉNDEZ, 1983, p. 209).

documental das tradições idiomáticas e a covariação de dois ou mais (sub)sistemas no repertório linguístico do escrivão e das comunidades de fala, a fim de obter uma hipotética reconstrução do vernáculo (GIMENO MENÉNDEZ, 1998, p. 133)⁵

Nesse sentido, cabe elucidar que o sociolinguista histórico deve tentar reconstruir o contexto social no qual as variantes em observação foram usadas, para o estabelecimento dos prováveis fatores condicionantes da variação e/ou mudança. Para tanto, ele precisará se valer de hipóteses para identificar, sobretudo, o que é variação e o que indica provável mudança linguística, vez que ambas estão entrelaçadas entre si, bem como ao panorama social e histórico.

Labov (1994) assevera que o passado é diferente da contemporaneidade, mas não se sabe precisar o quão diferente ele é. É aí que entra a Sociolinguística Histórica, para ajudar o pesquisador a entender questões que estão para além da escrita do documento.

Sobre as dificuldades de trabalhar com registros escritos de épocas pretéritas, Labov (1994) explicita:

[...] os dados, que são ricos em tantos sentidos, são pobres em outros. Documentos históricos sobrevivem por acaso, não por um desígnio intencional, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas lingüísticas em tais documentos são freqüentemente distintas das vernaculares dos escritores, refletindo, ao contrário, esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi língua nativa de ninguém. Como resultado, muitos documentos são totalmente afetados com os efeitos de hiper-correção, mistura de dialetos e erros de escribas. (LABOV, 1994, p. 11)

Levando em consideração essa assertiva, compreendemos que o problema fica ainda maior porque na documentação manuscrita de tempos idos nem sempre é possível recuperar informações extralingüísticas básicas do escriba, tais como: grau de escolaridade, faixa etária, gênero e o papel social. E, considerando que os estudos de Sociolinguística Histórica “passam necessariamente pelo levantamento do perfil sociocultural dos escreventes justamente porque visam a concatenar o linguístico ao social” (LOPES; RUMEU, 2018, p. 148), torna-se imprescindível verificar quais pistas o documento manuscrito nos fornece sobre isso.

⁵ Tradução nossa para “[...] a un interés teórico y metodológico en el estudio sistemático de las relaciones empíricas que se pueden establecer entre el testimonio documental de las tradiciones idiomáticas y la covariación de dos o más (sub)sistemas en el repertorio lingüístico del escribano y de las comunidades de habla, a fin de obtener una hipotética reconstrucción del vernáculo (GIMENO MENÉNDEZ, 1998, p. 133).

O documento manuscrito que é objeto desta análise não oferece nenhuma informação acerca do escriba, nem mesmo o seu nome. A única assinatura presente no códice é do bispo Joaquim que o assinou e rubricou quando realizou a visita episcopal, em 30 de setembro de 1868, ou seja, mais de um século depois que o documento foi redigido. Entretanto, a frequência de desvios gráficos, configurando os processos morfofonológicos, e os processos de hipo e hiperssegmentação vocabular seriam importantes pistas para caracterizar a habilidade de escrita do escriba, haja vista que quanto mais desvios, menor o domínio da norma escrita da época.

Todavia, mesmo havendo grande quantidade de desvios gráficos realizados pelo amanuense no códice que analisamos, é sabido que os documentos da irmandade eram escritos por membros da igreja e precisavam ser aprovados pela Coroa Portuguesa. Por isso, o escriba deveria ter mãos hábeis, conhecimento da escrita da época, bem como um certo grau de compreensão da tipologia documental redigida por ele, sob pena de o documento não ser aprovado em instâncias superiores.

Verificamos que as informações levantadas sobre o perfil do escrivão são ínfimas, mas tornam-se importantes para o pesquisador quando o assunto é conhecer o perfil sociocultural dos redatores, pois a ausência dessa inferência inviabiliza o estudo sociolinguístico-histórico de uma dada época.

3 O livro de compromisso do Arraial do Bomfim Comarca de Goýaz: descrição e análise dos dados

O códice analisado foi digitalizado entre 25 e 26 de abril de 2011, durante uma visita ao acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Silvânia-Goiás.

Este material serviu de *corpus* para pesquisa de Duarte-Silva (2013) que constatou que o códice possui catorze fólhos que registram a organização da associação de pretos e, também, os direitos e deveres dos irmãos associados, da Coroa e da Igreja.

De modo a ser fiel ao estado de língua vigente, a autora (2013) utiliza a edição semidiplomática em disposição justalinear, em consonância com as normas disponíveis em Megale e Toledo Neto (2006). A opção por usar essas normas justifica-se porque ela é conservadora, ao passo que possibilita algumas intervenções do editor, tais como desenvolver as abreviaturas, marcando em itálico as letras que estavam ocultas, apontar em nota de rodapé as possíveis intervenções do escriba no fólho, entre outras. No entanto, neste texto, optamos por apresentar os excertos da edição em formato justificado, isto é, utilizando barras verticais para separar as linhas.

Acerca da temática proposta, as irmandades de pretos tinham um estatuto denominado Compromisso, que regimentava suas ações, regulamentando quais eram os direitos e deveres de escravos, libertos e seus descendentes. Antes de estar vigente, o

estatuto precisava ser regulamentado pela Coroa Portuguesa. Nos idos setecentistas, as associações de preto se espalhavam pelo país na intenção de garantir melhores condições de vida aos associados e ainda dar-lhes amparo religioso. Para tanto, os afiliados às irmandades deveriam pagar uma taxa mensalmente, a qual era convertida em sufrágio⁶ aos associados. Caso eles deixassem de pagá-la, deixavam também de receber auxílio no enterro e nos rituais de realização de missas, por exemplo (DUARTE-SILVA, 2013).

No código analisado por Duarte-Silva (2013) há relatos de como a associação se articulava frente às imposições da Coroa e da Igreja, instituições que possuíam importantes papéis na construção e manutenção da Irmandade de cada localidade, conforme pode ser observado nos regulamentos, que precisavam ser aprovados pela Coroa, sob a jurisdição da Igreja. Nenhuma ação poderia realizada nas Irmandades sem o consentimento e conhecimento dessas instâncias.

A associação a essas irmandades era uma maneira de fazer que os cativos aceitassem a imposição da Igreja Católica, pois era a essa crença predominante quando chegaram no Brasil. Todavia, eles só podiam fazer parte das Irmandades depois de aprender a Língua Portuguesa e serem batizados.

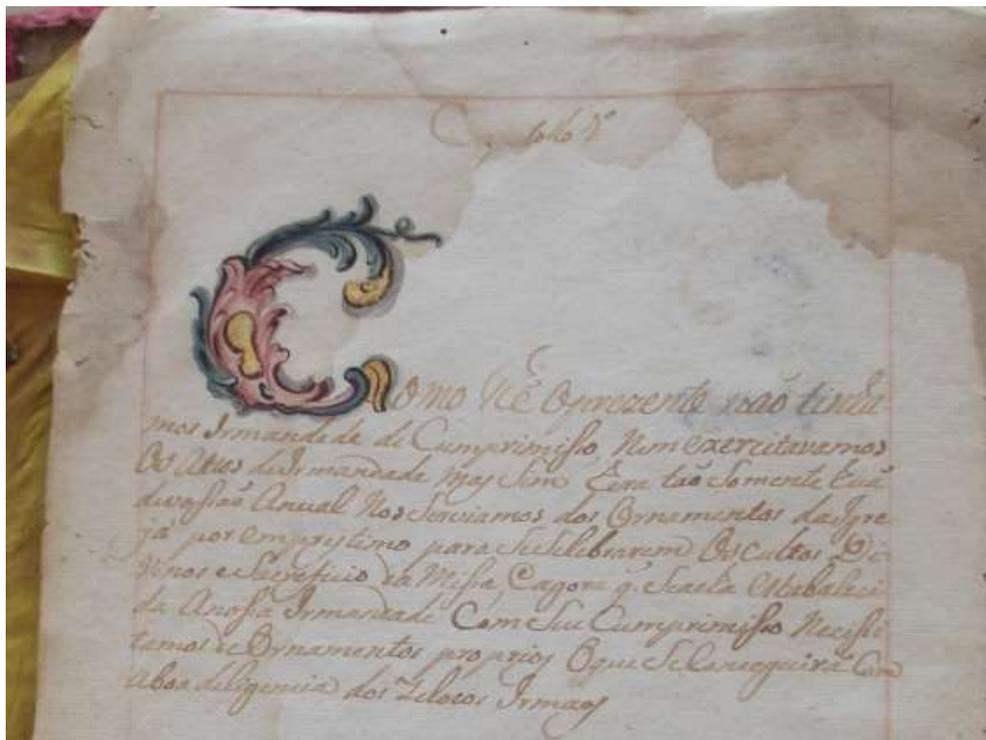
Ser associado à irmandade era fundamental para os escravizados, haja vista que esta era a única maneira de eles viverem em sociedade dignamente. Todavia, havia interesse tanto da igreja quanto dos cativos, porquanto esses buscavam nas associações amparo para ter uma vida mais digna e aquela usufruía desse contexto para catequizar os escravos. O acordo tácito entre os negros, a igreja e a coroa era mantido mediante pagamento da taxa, que era convertida em alguns benefícios, tais como: missas, enterros, compras de alforrias, entre outros. Além disso, os cativos buscavam refúgio nas associações para poderem manifestar suas crenças sob a roupagem católica (DUARTE-SILVA, 2013).

Ante o exposto, conhecer a história registrada pelo escriba nesse documento é importante para compreender os fatos que aconteceram, bem como as práticas sociais, culturais e históricas pelos quais os participantes da irmandade passaram, haja vista que nem sempre é possível encontrar essa história registrada em páginas de documentos oficiais.

Não é possível aventar quem era o escriba que transcreveu o documento, pois os documentos não são assinados por ele. Além disso, não conseguimos identificar uma possível poligrafia.

⁶ Sufrágio, segundo Duarte-Silva (2013, p. 17), referia-se aos benefícios que os associados deveriam receber durante sua permanência nas irmandades, tais como o ritual de sepultamento, com direito à cova e à encomendação da alma mediante missas.

Imagem 1: Fólio do livro de compromisso do Arraial do Bomfim Comarca de Goýaz (1751).



Fonte: Duarte-Silva (2013, p. 68)

||3v.|| Capitullo Primeiro | Como thẽ Oprezente naõ tinha= |mos Irmandade
de Cumprimisso, Nem exercitavamos | Os Attos delrmandade Mas Sim
hera taõ Somente huã | devossaõ Anual Nos Serviamos dos Ornamentos
dalgre | ja por emprestimo para SeSelebrarem Os cultos Di= | Vinos
eSacrificio da Missa, e agora que Seacha estabaleci | da Anossa Irmandade
Com Seu Cumprimisso Necissi- | tamos deOrnamentos propios O que
SeConseguirá Com | aboa deligencia dos Zelosos Irmaos (Adaptado de
DUARTE-SILVA, 2013, p. 69)

A variação gráfica nesse documento demonstra a ausência de acordo ortográfico homologado, por isso aponta para um provável indício de transposição de hábitos de fala de quem o redigia, como é possível observar nos seguintes fenômenos:

- a) **elevação de <e> para <i>:** Siñhora, detriminaçoins, necissitamos, daDispeza, milhor, entre outros.
- b) **abaixamento da altura da vogal de <i> para <e>:** eSacrificio, Antequissimo, emvocassaõ, participaçãõ.
- c) **alçamento da altura da vogal de <o> para <u>:** Cumprimisso, purcissoins, custume.

- d) **abaixamento da altura da vogal de <u> para <o>**: capitollo, remoneraçaõ.
- e) **aférese⁷**: té (até).
- f) **alternância vocálica**: rezão, domingo, dezaceis.
- g) **sinalefa⁸**: donde (de+onde).
- h) **lambdacismo⁹**: fablica.
- i) **harmonia vocálica**: estabelecido

Essa breve lista de variantes vocálicas e consonantais oportuniza ao filólogo recuperar dados de língua do responsável pela escrita dos documentos e demonstra traços de variação em curso, provavelmente resultado da interferência da fala na escrita. A respeito disso, frisamos que os vocábulos *dadispeza*, *custume*, *milhor* também foram encontrados por Oliveira-Silva (2017) em falas de pessoas idosas que habitavam no interior de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. A autora (2017) pontua que, embora localizados em Estados distintos, os sujeitos da pesquisa tinham os perfis etários, econômicos e sociais semelhantes, a saber: acima de 65 anos, moradores no interior dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás desde o nascimento ou residentes neles desde a tenra idade e nulo ou ínfimo grau de instrução formal. Vejamos alguns exemplos extraídos das narrativas orais e do documento manuscrito.

Quadro 1: Algumas lexias que se repetem no estudo de Oliveira-Silva (2017) e no corpus deste estudo.

Lexias	Trechos das narrativas	Trechos da edição
Dispesa/ dispeza	“O leite a 0,9 centavos o litro é demais, né? A dispesa que o gado dá de sal’, remédio e vacina duas veiz por ano.” (OLIVEIRA-SILVA, 2017, p. 51, grifo nosso).	“Os empregos, eCargos que tiverem Servido Nesta Nossa Irmandade Antes de haver Cumprimisso para que Aproporçaõ dadispeza do dito emprego [...]” (DUARTE-SILVA, 2013, p. 73, grifo nosso).

⁷ Consideramos a aférese uma transposição da fala para a escrita porque na modalidade oral é comum reduzir de alguns vocábulos.

⁸ Sinalefa ou elisão, consoante Coutinho (1970), é a queda da vogal final de um vocábulo (geralmente preposição), quando o vocábulo seguinte também se inicia por vogal.

⁹ Lambdacismo configura-se na troca de <r> por <l>. (COUTINHO, 1970).

Custume	“Ieu num era munto, quais num tinha custume de i[r] im médico, né.” (OLIVEIRA-SILVA, 2017, p. 67, grifo nosso).	“Sepraticará nesta Irmandade o mesmo Custume ellegendosse anonicamente eamais Votos hum Irmaõ ehuã Irmã pretos [...]” (DUARTE-SILVA, 2013, p. 75, grifo nosso).
Milhor	“[...] e graças a Deus os fi da gente já pudero estudá milhor , né [...]” (OLIVEIRA-SILVA, 2017, p. 84, grifo nosso).	“Com Ooutro Companheiro hẽ que pertensse o governo da Irmandade eao per petuo Nada Sõ terá Votto Consultivo para milhor regimen da Irmandade [...]” (DUARTE-SILVA, 2013, p. 87, grifo nosso).

Fonte: Organizado pelas autoras, com base em Oliveira-Silva (2017) e Duarte-Silva (2013).

No quadro acima, encontramos a recorrência dos mesmos vocábulos no contexto oral estudado por Oliveira-Silva (2017) e na escrita do documento em tela, o que reforça a hipótese de que esses vocábulos podem sim ser decorrentes da transposição da oralidade para a escrita, uma vez que eles ocorrem também em falas de outros sujeitos em momento de não monitoramento.

Telles (2020) sublinha que é importante realizar a edição conservadora, isto é, fiel ao que se leu nos documentos, porque ela possibilita hipotetizar sobre o processo de construção da escrita, dando mostras de como o autor fez uso de sua competência linguística, com quem concordamos, pois além de deixar transparecer marcas de oralidade, o escriba deixa rastros sobre o seu estilo e seu conhecimento sobre a escrita da época, embora o documento siga uma estrutura pré-estabelecida. Além disso, acrescentamos que o mesmo cuidado vale para a transcrição de narrativas orais, de modo que ela seja capaz de evidenciar a norma em uso pelos falantes.

O problema que se instaura ante esses fenômenos linguísticos registrados pelo escriba é compreender em quais condições históricas e sociais esses processos de escrita foram realizados e se realmente essa variação aponta para um contexto de covariação entre oralidade e escrita dentro de uma mesma comunidade. Compreender o que essa escrita aponta sobre a norma da época não é uma tarefa fácil, haja vista que não há falantes vivos para corroborar o que foi registrado, bem como nem sempre é possível saber informações extralinguísticas do escriba, a exemplo do grau de escolaridade, para afirmar se esses aspectos também influenciaram na escrita.

Gimeno Menéndez (1998, p. 133), citando documentos da Idade Média, diz que “a documentação antiga é fragmentária e incompleta¹⁰”, contudo, ela nos dá pistas de como era a escrita de tempos anteriores e nos permite observar o que permaneceu no que tange a sua forma de ser grafada.

Uma herança de tempos pretéritos que ainda permanece na contemporaneidade é a produção de fenômenos linguísticos escritos que concorrem com outras formas gráficas, mesmo com a homologação do acordo ortográfico, porque em alguns casos a pessoa que escreve não internalizou a norma de escrita. Isso ocorre com frequência na escrita de pessoas semi ou pouco escolarizadas, bem como daquelas que estão em fase de aquisição da escrita.

A Sociolinguística Histórica trabalha com a dificuldade de tratar fontes de dados parcas, especialmente aquelas de um passado mais remoto em que a documentação se encontra cada vez mais fragmentada, rara de se encontrar e de se entender o que está escrito. Mattos e Silva (2006) sublinha que, ao lidar com dados de sincronias pretéritas, o pesquisador limita-se a estudar documentos que resistiram ao tempo e a acidentes históricos. Insta mencionar que nem sempre as instituições que os acondicionam possuem condições para conservá-los intactos da ação do tempo e dos papirófagos, por exemplo.

Sobre a grafia dos documentos, salientamos que o escriba possui uma escrita com traçado regular, sem muitas rasuras. As letras capitais, que iniciam os capítulos da Irmandade, são adornadas com tinta colorida e “a maioria das letras capitais possuem um formato diferente”, conforme postula Duarte-Silva (2013, p. 49).

É válido mencionar que há várias ocorrências de grafemas que remetem à prática de escrita da época, como as diferentes formas de se representar o mesmo som, uso de elementos suprasegmentais distinto da atualidade, bem como uso de grafemas com função substitutiva, mas com o mesmo valor fonético, como podemos observar nos exemplos que seguem: O fonema /s/ é representado por <ss> como em *cumprimisso*¹¹ e *Comlicenssa*, por <s>, como em *aSistencia*, por <c>, como em *Apocibilidade*, e por <ç>, a

¹⁰ Tradução nossa para “[...] la documentación antigua es fragmentaria e incompleta [...]”

¹¹ Geralmente, quando há dois <s> juntos, um é escrito de forma longa </s> e o outro em forma de dupla curva <s>.

exemplo de *porçaõ, obrigaçaõ*. É meritório de destaque, ainda, o uso da partícula *se*, que foi grafada pelo escriba com *ce* em *Dandoce*.

O grafema <y> foi utilizado com mácron, sobretudo quando formou semivogal, certamente para indicar que nessa formação de ditongo, a semivogal <y> era mais forte que a vogal como em *tezoureÿro*, bem como o diacrítico til foi utilizado com a mesma função, a exemplo de *thezoureÿro* e *Reÿ*. No primeiro exemplo, conjecturamos que o uso desse diacrítico foi para fazer remissão ao latim, já que esse diacrítico foi amplamente utilizado na métrica latina.

Não podemos aventar o grau de escolaridade do escriba, haja vista que refazer esse percurso é quase impossível devido à pouca quantidade de dados que temos no documento, todavia, por se tratar de um documento eclesiástico, hipotetizamos que o escriba tinha conhecimentos gerais de Latim, porque essa é a língua oficial de Roma e ainda hoje é utilizada em alguns ritos litúrgicos nas missas como forma de desvencilhar o sagrado do profano.

Destacamos que, vogal Y foi importada do alfabeto grego – no qual ela correspondia ao *i* graeca – e foi introduzida no alfabeto latino com som de [i]. No Português Brasileiro, após o novo acordo ortográfico, a vogal Y foi inserida no alfabeto e é usada na escrita de nomes de lugares, de pessoas, de algumas abreviaturas, bem como para demarcar unidade de medida internacional.

Outro aspecto digno de nota é o uso das letras ramistas, em que o <J> é substituído por <I> e o <U> por <V>. Na edição de Duarte-Silva (2013), encontramos os seguintes exemplos: *luiz, luiza, luizes* e *Vtil*.

No que diz respeito às fronteiras de palavras, elas não são demarcadas como na atualidade. Spina (1977, p. 42) diz que a segmentação de palavras em textos escritos é relativamente recente, haja vista que, na antiguidade, mais especificamente até fins do século VIII, os escribas praticavam a *scriptio continua*, por isso praticamente não havia espaço em branco entre as palavras. Apenas a partir do início do século seguinte foi que o espaçamento entre palavras começou a surgir, ainda que sem muita regularidade, bem como a separação vocabular em duas ou mais partes.

Saenger (1998) pontua três motivos que justificam a não existência dos espaços intravocabulares: i) os textos eram lidos em voz alta, por isso não fazia sentido inserir espaço em palavras que na oralidade eram pronunciadas juntas; ii) a leitura era feita a partir de um *corpus* limitado de textos, isto é, poucos eram os materiais de leitura para ampliar o repertório vocabular e iii) poucas eram as pessoas que tinham acesso à leitura, sendo, em sua maioria, profissionais por causa da função que exerciam, a exemplo dos escribas.

Frisamos que os documentos de Duarte-Silva (2013) se encontram em fase posterior à *scriptio continua*, todavia é possível identificar vários vocábulos que foram

escritos sem a devida segmentação. Para observarmos a escrita hipossegmentada ou a ausência de fronteira de palavras, trazemos à tona os seguintes trechos:

Quadro 2 – Excertos de Hipossegmentação ou ausência de fronteira de palavras no corpus, extraídos de Duarte-Silva (2013).

Fólios	Recortes da edição semidiplomática em formato justificado
5r.	Capitollo Oitavo He Costume Antequissimo em todas as partes ende hã Irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos homens pretos ellegerem para mayor frequencia Zello e Aumento da mesma Irmandade hum Reÿ ehuã Rainha epor essa Cauza Sepraticarã nesta Irmandade o mesmo Custume 20 ellegendosse Canonicamente eamais Votos hum Irmaõ ehuã Irmã pretos edos que jã tiverem Servido Na Meza para Servir de Reÿ, e Rainha escolhendo aos Sempre dos Mais Capazes, Zellozos, ebem paressidos que ComASeÿo mo destias eCompostura Sefassaõ na figura que representaõ respeitados
5v.	Naõ Sõ dos Mesmos Irmaõs Senaõ ainda de todas As pessoas, mais todo o Cazo Seraõ eleitos Osque forem Libertos eSucedendo naõ haver em tais Cazos Sejaõ Cativos escrevendo AMEza ASeus Senhores para pres tarem OSeu Concentimento e ajudarem Como Seespera edo lugar que pode ter Nas funçoens publicas Suas Obrigaçóins eesmolla que devem dar Sidirã No Capitollo

Fonte: Adaptado de Duarte-Silva (2013).

No quadro acima, é possível identificar que há ocorrências da hipossegmentação ou da ausência de fronteira de palavras entre dois ou três vocábulos de uma única vez e que, em sua maioria, predomina a aglutinação de preposições e conjunções a outras classes de palavras. Preconizamos que a ausência de fronteiras de palavra era realizada, principalmente, devido à influência da oralidade na escrita, porquanto, é sabido que no português brasileiro há palavras que não possuem acento próprio e se tornam dependentes de outras palavras que o possui, a exemplo das palavras lexicais. Os Grupos clíticos, como são chamadas essas unidades prosódicas compostas por um ou mais clíticos, e uma palavra de conteúdo, isto é, que possui acento, se aglutinaram na fala formando um vocábulo fonológico e, ao que tudo indica, foram transpostos para a escrita, conforme podemos notar em *ellegendosse*, no qual o escriba não demarca as fronteiras entre as duas palavras existentes.

Cabe dizer que, embora a oralidade seja uma forte evidência para a aglutinação dos vocábulos, cabe destacar outro motivo também respalda a ocorrência desse conglomerado é o *lapsus calami*, isto é, um erro acidental causado pelo movimento realizado pela pena de metal quando carregada de tinta, que acaba unindo vocábulos que, *a priori*, seriam separados.

A hiperssegmentação também é recorrente nos documentos, mas com menos frequência, o que reforça a hipótese de que a hipossegmentação nesse manuscrito é, de certa forma, um resquício da *scriptio continua*.

Por fim, cabe lembrar que as ocorrências aqui apresentadas permitem observar prováveis indícios de influência da oralidade sobre a escrita, levando-as a terem duas ou mais formas de escrita realizadas pelo escriba no mesmo códice, o que nos permite hipotetizar que pelo menos uma das formas escritas diz respeito à pronúncia realizada em momentos distensos, isso é, de não monitoramento da fala. Outros estudos devem ser feitos mostrando essa relação grafemático-fonológica, porque esse é um dos níveis linguísticos nível permitem identificar aspectos sócio-históricos da escrita.

4 E para concluir...

Destacamos que constituíram nosso objetivo descrever e analisar as variações grafemáticas vocálicas e consonantais presentes no “Livro de Compromisso do Arraial do Bomfim Comarca de Goñaz”, a fim de fornecer subsídios teóricos para a Sociolinguística Histórica, bem como divulgar fontes manuscritas que fazem parte do acervo digital do LALEFIL.

Assim, identificamos possíveis traços de oralidade na escrita, que foram apontados mediante variações gráficas que ocasionaram os seguintes fenômenos linguísticos: alçamento e abaixamento da altura da vogal, aférese, alternância vocálica, sinalefa, lambdacismo, todos de natureza fonológica; identificamos ausência e presença de fronteiras de palavras, que não correspondem à atualidade, letras ramistas, vários usos do fone /s/, referindo-se às diferenças grafemáticas dentro de contextos de uso da época, abreviaturas, bem como algumas ocorrências de vocábulos que foram equivalentes em trechos de narrativas orais livres e nos documentos manuscritos. Ademais, realizamos um breve percurso pela Sociolinguística Histórica e uma concisa descrição do “Livro de Compromisso do Arraial do Bomfim Comarca de Goñaz” (DUARTE-SILVA, 2013).

Os resultados demonstraram que estudar documentação escrita é importante para conhecer a variação de uma época que não havia tecnologia para gravação de voz, corroborando a ideia de que a variação e a mudança sempre estiveram presentes na língua.

Além disso, de certa forma, reforçaram a conjectura de que os desvios grafemáticos realizados pelo escriba são oriundos da ausência de acordo ortográfico e da influência da oralidade na escrita de documentos setecentistas e de séculos anteriores e posteriores, bem como evidenciaram que eles são importantes para caracterizar o perfil do escrevente em mais ou menos letrado.

Ressaltamos que, de todos os níveis linguísticos, o grafemático-fonológico foi o escolhido por nós para realizar a análise no campo da Sociolinguística Histórica. Ademais, por meio dele perpassamos, também, por outras áreas, como a (sócio)linguística Histórica e a Filologia, especificamente quando falamos sobre as variantes gráficas e as fronteiras de palavras. Fazer esse percurso foi importante para compreendermos que a Sociolinguística Histórica não se faz sozinha, pois, como vimos, sempre é preciso confluir com outros níveis e áreas da língua para chegar ao resultado esperado.

Referências

ALMADA, Márcia. **Das artes da pena e do pincel**: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMEIDA-BARONAS, Elaine; LINI, Vanessa. Quando a oralidade se faz presente na escrita: estudos diacrônicos e sincrônicos. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 1073-1083, maio/ago, 2011.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1970.

DUARTE-SILVA, Luana. **Irmandade de pretos**: edição e inventariação lexical em manuscritos goianos do século XVIII. 2013. 442 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Goiás – Câmpus Catalão, Catalão, 2013.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco. Grafemática y sociolingüística histórica. In: BLECUA, José Manuel; GUTIÉRREZ, Juan; SALA, Lidia (Ed.). **Estudios de grafemática en el dominio hispánico**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca; Inst. Caro y Cuervo, 1998. p. 123-133.

GIMENO MENÉNDEZ, Francisco. Hacia una sociolingüística histórica. **Estudios Lingüísticos de la Universidad de Alicante**, Alicante, n. 1, p. 181-226, 1983. Disponível em http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/6678/1/ELUA_01_06.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William. **Princípios de mudança linguística**. Volume 1: Fatores internos. Oxford: Blackwell, 1994.

LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU; Márcia Cristina de Brito. A identificação dos perfis socioculturais dos redatores de *corpora* históricos: encaminhamentos metodológicos. **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p. 147-168, 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico**: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA-SILVA, Maiune de. **Vocalismos em narrativas orais nas trilhas do Filologia Bandeirante**. 2017. 213 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão, 2017.

ROMAINE, Suzanne. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].

SAENGER, Paul. A separação entre palavras e a fisiologia da leitura. In: OLSOL, David; TORRANCE, Nancy (Org.) **Cultura Escrita e Oralidade**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica**. São Paulo: Cultrix, 1977.

TELES, Célia Marques. Paleografia e Sociolinguística histórica: a análise grafemático-fonética. In: LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de (Org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória e Arte, 2018. p. 92-124.



Graphematic-phonological study from a Book Goiano Of Brotherhood an 18th century

ABSTRACT:

Our goals in this academic study are to describe and to analyze the graphematic variation of consonants and vowels and aspects of the segmentation which are written in a book of commitment from Goiás in the 18th century. The methodology is both bibliographical and documentary, being based on bibliography due to our use of authors whom dialogue on Historical Sociolinguistics and the grapheme-phoneme relationship, such as Romaine (2009 [1982]), Gimeno Menéndez (1983) and Almeida-Baronas and Lini (2011). And documentary because it is used in this study a manuscript that served as a basis the results show that the graphematic variations performed by the scribe are important to conjecture about possible orality traits, as well as his characterization as more or less literate.

KEYWORDS:

Eighteenth century
spelling;
orality;
Graphematic variation;
Goiás.